

Título e tema do workshop: Inclusão para além do mês do orgulho: como amplificar vozes LGBTQIAP+ na internet

Proponente: Instituto de Referência em Internet e Sociedade de Belo Horizonte (IRIS-BH)

Moderador: Felipe Duarte (IRIS-BH) - Terceiro Setor

Felipe é coordenador de Comunicação do Instituto de Referência Internet e Sociedade (IRIS). Graduado em Publicidade na UFMG, também é designer e ilustrador freelancer. Foi bolsista do programa Youth e pesquisador do IRIS, além de autor dos livros “Glossário da Inclusão Digital” e “Inclusão digital como política pública” e co-apresentador do podcast “Conectamos?”, sobre inclusão digital.

Relator: Pedro Peres Cavalcante (Laboratório de Políticas Públicas e Internet)

Advogado e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2018). Diretor do Laboratório de Políticas Públicas e Internet. Bolsista do programa Youth IGF, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2016; 2019). Integrante do Youth4DigitalSustainability [2020] e Youth x PolicyMakers [2021] (German Informatics Society).

Palestrantes:

Alessandra Gomes (InternetLab) - Terceiro Setor

Tech Fellow do InternetLab. Mestra em Ciência da Computação (Unicamp) e Bacharela em Ciência da Computação (UFPA). Atuou com desenvolvimento de Software em projetos como PROUCA, e Contare, da Rede Ovelha Negra, vencedor do Prêmio Simineral de Comunicação 2018, como pesquisadora e professora no IFB, no Programa PARFOR pela UFRA e no Projeto ProgrAmazonas.

Cup (Criadore de Conteúdo) - Setor privado

Cup faz Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Sergipe e cria conteúdo na internet desde 2016. Sendo assexual e agênero, se destaca por pautar temáticas sobre diversidade como assexualidade, não-binariedade e linguagem neutra de forma lúdica e acessível.

Guilherme Libardi (UFRN) - Comunidade científica e tecnológica

Doutor em Comunicação e Informação (UFRGS), Mestre pela mesma instituição e Bacharel em Comunicação (ESPM). Atualmente, professor no Departamento de Comunicação da UFRN. Pesquisa sobre diversidade na mídia, interseccionalidades e polarização política. Além da docência, tem experiência com pesquisa de mercado e planejamento de comunicação.

Linda Brasil (Câmara dos vereadores de Aracaju) - Governo

Linda Brasil é a primeira mulher trans eleita para a Câmara Municipal de Aracaju (SE). Foi também a vereadora mais votada nas eleições que disputou. Graduada em Letras Português-Francês, também é mestra em Educação pela UFS. Além disso, é defensora dos Direitos Humanos, transfeminista, feminista, ativista LGBTQIA+ e combativa defensora das trabalhadoras e trabalhadores.

Objetivos e resultados (propostos e atingidos):

É inquestionável que a internet se apresenta, principalmente para pessoas LGBTQIA+, como um ambiente repleto de informação e possibilidade de engajamento com nossos pares. No entanto, ao mesmo tempo em que o ambiente online se torna um espaço social mais amigável à pessoa LGBTQ+, esse mesmo ambiente também se mostra hostil de diversas maneiras: seja nas altas taxas de discurso de ódio (ADI, 2021) e até mesmo na moderação de conteúdos produzidos para e por pessoas LGBTQIA+ nas redes sociais - incoerência que este painel busca discutir como ponto de partida. Considerando que a sociedade on e offline não são separadas, assim como seus acontecimentos e repercussões mútuas, o segundo parâmetro de discussão da mesa redonda se relaciona às diferentes experiências, estratégias e percalços de usuários consumidores e criadores de conteúdo LGBTQIA+ na internet. Os altos números de ocorrência de discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+ na internet, não por acaso, se situam no mesmo contexto do país que mais mata pessoas trans no mundo (ANTRA, 2021) - e onde um garoto de apenas 16 anos cometeu suicídio após ataques homofóbicos em suas redes sociais em 2021. O tópico final da discussão é a identificação de gargalos e possíveis ações mais consistentes na promoção da inclusão digital (e social) de pessoas LGBTQIA+ e a livre expressão de seus discursos, de forma multissetorial. Considerando a falta de representatividade e preconceito como problemas estruturais, cada setor que compõe a governança da internet têm papel fundamental no fomento de conhecimento e práticas que tornem o ambiente online mais aberto, seguro e propício à inclusão digital - e, por consequência, social - de pessoas LGBTQIA+.

Justificativa em relação à governança da Internet;

Debater a necessidade de promover com mais constância e efetividade presenças LGBTQIA+ na internet envolve questões econômicas, sociais e de direitos fundamentais. Considerado o primeiro princípio para governança da internet, que norteia a constituição de uma rede de liberdade, privacidade e direitos humanos, a mesa redonda propõe dar maior alcance às demandas da pessoa LGBTQIA+ na internet em prol de visibilidade e, por consequência, liberdade de expressão. Este direito nem sempre é garantido no ambiente online para as pessoas dessa comunidade tanto por fatores sociais estruturais quanto técnicos, resultantes das dinâmicas sociais em rede. Dessa forma, sendo o acesso à internet - e a inclusão digital como um todo - uma maneira de vivência social e desenvolvimento cidadão, reconhecer as estratégias de vivência social digital de pessoas LGBTQIA+ abre portas para o reconhecimento de que o caráter universal da internet depende da amplificação de discursos diversos - seja pela construção de conhecimento sobre o assunto, por incentivos governamentais, empresariais e estruturais da própria rede. A preservação da diversidade

cultural e social na internet revela seu potencial de um meio para que a sociedade se desenvolva. Assim, debater a criação, recepção e estratégias multissetoriais para ampliação de discursos LGBT+ na internet também contribui para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva on e offline - uma vez que discursos têm impactos reais na internet e fora dela.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante a atividade

A estratégia acontece de três formas: anterior, concomitante e posterior à realização da mesa redonda. Como parte da estratégia anterior, as entidades participantes irão se articular para circular peças de divulgação do painel (imagens, vídeos, áudios), bem como postagens de interação para coleta de sugestões de perguntas e depoimentos de vivências LGBTQIAP+ online para o debate. Como estratégia concomitante, as entidades participantes acompanharão o chat da transmissão e realizarão o compartilhamento da transmissão ao vivo, bem como a cobertura de principais falas. Como estratégia posterior, os principais encaminhamentos da discussão serão sistematizados pela entidade proponente em uma linha de conteúdos (diagramas, vídeos e trechos de áudios) compartilhados nas redes sociais - para que a discussão não se encerre no Fórum da Internet no Brasil, mas sirva de pontapé inicial de mudança multissetorial e ampliação da discussão do tema nos espaços de debate sobre governança da internet.

Relatório

Nas doze edições do Fórum da Internet no Brasil, este foi o primeiro workshop dedicado a questões e vivências específicas da comunidade LGBTQIAP+. A fim de promover um espaço de debate fluido, o formato escolhido para o workshop foi o de mesa redonda. Adotando-se uma metodologia exploratória, houve três blocos de perguntas dirigidas às pessoas panelistas e um bloco dedicado a perguntas e intervenções das audiências (presencial e remota). Em síntese, o workshop tomou as vivências das participantes da mesa redonda como indivíduos LGBTQIAP+ na Internet como ponto de partida para traçar um panorama sobre os desafios da comunidade no espaço digital, e, subsequentemente, abordar mecanismos multissetoriais adequados ao enfrentamento dessas questões. Estes foram os consensos, dissensos e pontos aprofundar da discussão:

Consensos

- É necessária mais transparência na moderação de conteúdo.
- É necessário aprimorar a moderação de conteúdo para que esta detecte nuances contextuais, culturais e linguísticas.

- Ações e campanhas do mês de orgulho na Internet importam, mas é imperativo que se estendam além do mês de junho, sendo integradas em políticas de diversidade e inclusão em instituições

Dissensos

- A sexualização por pessoas LGBTQIAP+ na Internet ser positiva ou negativa. Diferenciação entre sexualização e fetichização.

Pontos a aprofundar

- Como tornar a moderação de conteúdo mais atenta a nuances semânticas

Considerações iniciais

Felipe Duarte, moderador da mesa redonda, introduz os debates colocando que anteriormente à realização do painel e para melhor subsidiar as discussões, foram coletados depoimentos sobre os desafios vividos pela comunidade LGBTQIAP+ no ambiente online. Entre as respostas, constaram: as dificuldades de uma moderação de conteúdo atenta aos usos subversivos de termos comumente utilizados de maneira ofensiva e apropriados pela comunidade como forma de resistência; o discurso de ódio; invisibilização de conteúdos voltados para a comunidade, inclusive referentes à temática saúde.

Blocos 1 e 2 - “Vivências LGBTQIAP+ na internet”

Perguntas norteadoras

- 1. Pensando no setor que cada um de vocês representa, como vocês diriam que são as experiências de vocês, enquanto pessoas LGBTQIAP+, na internet?**
- 2. E que importância vocês atribuem à internet como espaço de inclusão digital e social das pessoas LGBTQIAP+?**

Cup destaca que produzir conteúdo LGBTQIAP+ na Internet é uma experiência dicotômica: por um lado, o ódio e a discriminação experimentadas pela comunidade em espaços offline é potencializada em razão do “empoderamento” conferido pelo anonimato; por outro, a Internet democratiza as possibilidades de comunicação, o que foi extremamente benéfico a pessoas LGBTQIAP+. A criadora de conteúdo ressaltou como a Internet foi importante para a formação e consolidação da

comunidade assexual, ao possibilitar que pessoas com vivências afins pudessem se conectar, compartilhar vivências afins e se constituir como comunidade com reivindicações próprias, o que aconteceu há duas décadas. A moderação de conteúdo foi apontada por Cup como um dos maiores desafios vividos por criadores de conteúdo LGBTQIAP+. Ele conta, por exemplo, sobre sua própria experiência com o Youtube, que indisponibilizou vídeos que ele havia produzido sobre a comunidade assexual. A retirada do conteúdo a fez requerer a revisão da decisão à plataforma, mas também a fez questionar: “o que há de impróprio em conversar sobre sexualidade?”.

Alessandra inicia sua fala destacando que por seu campo de formação - ciência da computação - ser ainda predominantemente ocupado por homens héteros cisgênero, ela procura contribuir com uma visão diferente sobre a computação. É essa visão que baseia, inclusive, o estudo publicado em 2019 pelo InternetLab envolvendo moderação de conteúdo produzido por *drag queens*. Nesta pesquisa, *tweets* de *drag queens* famosas foram submetidos à análise da ferramenta Perspective, que mensura o grau de toxicidade de combinações de palavras. A pesquisadora pontua que a mera combinação de dois marcadores de raça e sexualidade - palavras como *black* e *lesbian* - já era apontada pela ferramenta como portadora de um alto nível de toxicidade. Os achados do estudo ecoam os problemas encontrados na moderação de conteúdo anteriormente mencionados: os *tweets* das *drags queens* - cheios de termos usualmente ofensivos mas que apropriados por membros da comunidade LGBTQIAP+ ganham outro significado - foram percebidos como altamente tóxicos.

Linda Brasil inicia sua fala colocando que a Internet é fundamental para provocar desconstruções, inclusive dentro da própria comunidade LGBTQIAP+, já que alguns comportamentos são invisibilizados, distorcidos ou colocados em segundo plano. Como exemplo positivo da Internet, Linda relembra a mobilização online frente a um episódio de discriminação pelo qual passou. Em 2013, ao ingressar na universidade, a vereadora relata que se recusaram a utilizar seu nome social tanto no ato da matrícula quanto no primeiro dia de aula. Ao compartilhar o episódio numa rede social, Linda se deparou com uma grande rede de apoio e mobilização, o que despertou nela tanto o senso de empoderamento quanto a necessidade de ocupar esses espaços tão excludentes à população transgênero. Linda também reconhece que na Internet o discurso de ódio e as tentativas de deslegitimar as reivindicações da comunidade se fazem presentes. Nas redes sociais, ela releva se empenhar ao máximo para levar informação, porque há um esforço constante de distorção de narrativas.

Guilherme Libardi iniciou sua fala refletindo sobre como sua identidade sexual atravessa a construção da sua pesquisa acadêmica. O professor compartilhou que o objeto de pesquisa no seu doutorado dizia respeito às percepções de minorias sobre o assunto de diversidade. Partindo inicialmente de uma pesquisa de audiência junto a

minorias progressistas, o pesquisador decidiu expandir sua pesquisa entrevistando pessoas pertencentes a minorias mas alinhadas a pautas conservadoras. A fim de ter chances de ser mais bem-sucedido na abordagem dessas pessoas, Guilherme relatou ter recorrido ao apagamento em seu perfil numa rede social de algumas postagens de cunho progressista ou celebratório em relação à sexualidade e gênero. Sobre as ações do mês do orgulho tomadas por empresas privadas na Internet, Guilherme compartilhou a reflexão sobre a função social que a publicidade acaba por exercer ao captar temas e debates latentes e potentes e pautá-los nos meios de mídia e comunicação, ainda que sob uma lógica monetária e consumista. Mesmo reconhecendo que essas ações se inserem dentro de uma dinâmica capitalista, o professor vê nelas uma espécie de conquista.

Bloco 3: Passos multissetoriais para a diversidade on e offline

Perguntas norteadoras

Que propostas/ações/recomendações envolvendo seus respectivos setores podemos pensar para ampliar nossas vozes online, especificamente em:

- Alessandra: moderação de conteúdo e liberdade de expressão
- Cup: pessoas LGBTQIAP+ produtoras de conteúdo (
- Guilherme: equipes de comunicação de organizações e empresas para além das campanhas de junho
- Linda: políticas públicas para inclusão digital voltadas a pessoas LGBTQIAP+

Alessandra inicia sua fala retomando a necessidade de mais transparência na moderação de conteúdo feita por plataformas. Ela conta, por exemplo, que, quando a moderação não consegue identificar as nuances que tornam um conteúdo problemático, os moderadores humanos entram em jogo. A diversidade cultural global torna isto especialmente necessário. Ocorre que a moderação por humanos não garante que as sutilezas semânticas do conteúdo serão captadas. Isto porque não basta a fluência na língua em que o conteúdo foi produzido: é necessária também uma fluência cultural, capaz de analisar contextual e culturalmente determinado conteúdo. Alessandra ainda ressalta que o dever de transparência também se estende à divulgação da composição das equipes. Por fim, a pesquisadora também alertou sobre como decisões tomadas por moderadores humanos podem basear ciclos sucessivos de moderação de conteúdo: “se por acaso um operador humano toma uma decisão enviesada, o algoritmo vai seguir aprendendo decisões enviesadas, e vai reproduzir essas decisões enviesadas.”

Cup enxerga uma preocupação e atenção cada vez maiores por parte das plataformas em demonstrar apoio ao mês do Orgulho. Ela ressalta a importância de que essas ações não se circunscrevam apenas em junho. É preciso ir além do discurso do orgulho: integrar pessoas com identidades de gênero e sexualidade diversas nas empresas, fazê-las ocupar as mais diversas posições, trabalhar, inclusive, junto à moderação de conteúdo.

Guilherme pontuou que campanhas publicitárias com temática do mês do orgulho cada vez mais comuns na Internet por vezes não atingem a mídia de massa como a televisão. Para ele, é necessário desafiar as instituições a continuar abordando a representatividade de gênero e sexualidade além das campanhas, isto é, repensando dinâmicas organizacionais. Para o professor, falar de diversidade dentro das empresas tem sido *cool*, ao passo que atuar a partir de políticas de diversidade e inclusão tem sido mais difícil, porque interfere em dinâmicas de poder.

Linda reafirma a necessidade de políticas públicas voltadas a população LGBTQIAP. Ela coloca haver uma morosidade no poder legislativo, denunciando também as dificuldades impostas por setores conservadores que insistem em distorcer as pautas relacionadas à gênero e sexualidade. A vereadora ressaltou que as mais importantes conquistas para a comunidade LGBTQIAP+ vieram a partir de ações constitucionais junto ao Supremo Tribunal Federal, reconhecendo também avanços a partir de ações do poder executivo por meio de secretarias.

Bloco 4: Perguntas e intervenções das audiências

Wilson Guilherme (programa Cidadão Digital - Safernet Brasil) para Linda Brasil: Como você enxerga o papel que a Internet tem para pessoas LGBTQIA+ na disputa eleitoral?

Linda vê como fundamental o papel da Internet nas disputas eleitorais, especialmente para partidos sem representatividade legislativa. A Internet permite expandir o alcance, mesmo com limitações de recursos financeiros. Sendo a primeira parlamentar transgênero da Câmara de Vereadores de Sergipe, Linda destacou como se valeu das redes sociais para apresentar um novo modelo de fazer política, contrapondo-se ao coronelismo.

WG: Como as empresas de tecnologia podem fazer uma leitura mais contextual na moderação de conteúdo?

Alessandra iniciou sua fala citando um exemplo emblemático sobre a falta de análise contextual na análise de conteúdo produzido por usuários. Ela contrasta dois tweets: o primeiro, feito por uma drag queen, consistia apenas num cumprimento (“good

morning”) seguido de hashtags como #lesbian, #queer e #transgender; o segundo, feito por uma pessoa que se autoidentificava como supremacista branco, colocava que pessoas brancas eram mais inteligentes do que negras. Enquanto a ferramenta Perspective retornou alto grau de toxicidade na análise daquele primeiro tweet, o tweet racista não foi apontado como tóxico. Respondendo diretamente à pergunta feita, Alessandra pontua que a operacionalização de uma moderação mais eficiente e contextual segue em aberto. Analisar apenas palavras não é o suficiente. É preciso analisar contexto, cultura, idioma. Como pesquisadora da sociedade civil, ela revela que, apesar de haver muita pesquisa na computação sendo feita sobre isto, crê que resultados eficientes serão fruto de mais alguns anos de pesquisa, após testes e tentativas.

Jamerson (programa Youth - CGI.Br): Cup, como você vê a questão de sexualização por criadores de conteúdo na Internet?

Cup acha importante distinguir os fenômenos de sexualização e fetichização na Internet. Para ele, a fetichização acontece com frequência com criadoras travestis, que costumam receber comentários insensíveis que as objetificam e as atrelam a uma visibilidade tão apenas sexual, como se elas estivessem ali apenas para ativar sexualmente quem consome seu conteúdo. Por outro lado, Cup enxerga que a sexualização por pessoas LGBTQIAP+, dentro dos limites das plataformas, não é problemática *per se*, afinal, desestigmatizar a própria sexualidade é especialmente importante para pessoas com gênero e sexualidade desviantes da norma. E a Internet é um meio relevante de comunicação para isso. Cup arremata sua análise pontuando que pessoas heterossexuais também sexualizam seus corpos na Internet e não recebem críticas por fazê-lo como pessoas LGBTQIAP+ recebem.

Thiago Moraes (Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais) pede para que as panelistas comentem sobre a *algospeak*, tática que criadores de conteúdo têm utilizado para burlar filtros de moderação e que consiste em mudar caracteres de palavras entendidas como polêmicas e controversas pela moderação.

Cup revela que não conhecia o termo *algospeak*, mas que já recorreu à prática. Por já ter tido vídeos indisponibilizados no Youtube e diante da falta de transparência no apontamento de como seu conteúdo feriu as diretrizes de comunidade, a criadora passou a fazer experimentos com os títulos dos seus vídeos: em vez de usar a palavra “assexual” (que remete mais diretamente à sexualidade, e, assim, teria, na sua visão, mais chances de ser detectada na moderação automatizada), utilizou o termo *ace* (gíria em inglês para assexual). Cup colocou que o conteúdo permaneceu online, mas reconhece que a utilização do termo não tem o mesmo alcance que a palavra principal, o que prejudica a disseminação do vídeo.

Gustavo Paiva (Instituto Datena) lança uma hipótese sobre a análise de toxicidade de conteúdo produzido por LGBTQIAP+: será que a leitura do Perspective, assim como de redes sociais, sobre essa toxicidade vem da associação de que conteúdos produzido por LGBTQIA+ estão estreitamente relacionados a conteúdos de entretenimento adulto?

Alessandra compartilha um pouco mais sobre a pesquisa de que participou em 2019. À época, a documentação do Perspective indicava que a ferramenta trabalhava com uma biblioteca de termos, e que os corpos haviam sido taguados por humanos. Assim, uma associação como a sugerida por Gustavo deve ter partido, inicialmente, de um ser humano.
